

RELAÇÕES DE PODER E GÊNERO NA FORMAÇÃO DE PROFESSOR@S

Ana Maria Colling¹

Fecha de recepción: 13 de Mayo de 2009.

Fecha de aceptación: 1 de Julio de 2009.

As relações de gênero, ou melhor, as desigualdades nas relações de gênero não tem fronteiras. Ser homem e ser mulher e o lugar social que ocupa cada um dos sexos é o mesmo independente de continente. A construção histórica e cultural do corpo, da sensibilidade, das atividades, das aprendizagens, etc., é um discurso tão poderoso que atravessa os tempos e os lugares de uma maneira que parece natural até para aquel@s que neste processo são discriminad@s.

Este texto se propõe a analisar a relação entre a formação de professor@s e a manutenção das desigualdades nas relações de gênero. Se entendemos que falar de formação de professor@s ainda pareça um debate estritamente acadêmico e direcionado especialmente aos cursos de pedagogia e licenciaturas sob a estrita ênfase de conceitos e conteúdos estamos enganad@s. Falar de desigualdades entre os gêneros é situar o debate em todas as relações sociais, inclusive as escolares e acadêmicas.

As relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero são temas que atravessam todo o corpo social, inclusive os lugares de produção de conhecimento como a escola e a academia, ou melhor, principalmente estes lugares.

O debate entre as intrincadas relações entre as desigualdades de gênero e a formação de professoras/es nos remete a uma questão mais profunda: qual o compromisso da educação com a democracia? Para que serve a escola?

Parece cada vez mais consensual que a escola deve preparar seus alunos e alunas para a cidadania construindo sujeitos éticos e responsáveis. Como ela realiza esta tarefa se a discussão de um tema que bate a porta de cada um de nós, pedindo urgência, como as relações

¹ **ANA MARIA COLLING** - professora do curso de História e do Mestrado em Educação do UNILASALLE. Endereço eletrônico: acolling21@yahoo.com.br. Correspondências: Rua Barros Cassal, 666/207, Bairro Bom Fim, Porto Alegre, RS, Brasil. CEP: 90035-030.

de gênero, é ainda ignorada? Parece haver um descompasso entre os problemas do mundo e os problemas da escola, como se fossem dois mundos separados.

Pensar, discutir, escrever, falar sobre as relações de gênero e a educação é uma tarefa urgentíssima. Se entendemos que é necessário modificar a cultura em relação ao que pensamos sobre os papéis sociais dos homens e das mulheres, dois lugares de mudança de mentalidades são fundamentais: o lar, no qual meninos e meninas recebem as primeiras noções do que é ser homem e o que é ser mulher e o papel que cabe a cada um(a) na sociedade, e a escola, onde as desigualdades de gênero são plantadas ou reafirmadas. Estabelecer uma hierarquia em grau de importância destas instituições na solução deste problema, é uma tarefa muito difícil, até por que as duas estão intimamente ligadas e submersas numa mesma cultura patriarcal.

Se estas duas instituições são lugares privilegiados de mudança, são também lugares historicamente responsáveis pela manutenção e reprodução da desigualdade entre os gêneros. É dentro da família e dentro da escola que serão construídos homens e mulheres igualitários. A escola, apesar de seus problemas e dificuldades, é o lugar primordial para esta mudança, onde se pode iniciar uma nova cultura de respeito entre homens e mulheres.

No campo da educação a problemática de gênero não se reduz às questões de acesso ao ensino e ao desempenho escolar, batalhas que já foram travadas e estão sendo superadas. A questão mais séria é que a história da desigualdade entre os sexos, marcada pelos discursos que foram considerados verdadeiros mediante relações de saber e poder, sempre foi aceita sem indagações pela escola, lugar por excelência da marcação sexual. Por outro lado, é lá na escola, que poderá ser construída a equidade de gênero e relações sociais mais igualitárias.

Trabalhar com relações de gênero nos permite entender as relações sociais de uma maneira mais ampla e generosa, incorporando os sujeitos masculinos e femininos na história, mas também nos remete a encarar a história como uma construção humana, um relato carregado de relações de poder em que o feminino foi secularmente subjugado e desvalorizado.

1 O que é gênero, afinal?

As relações de gênero ou a desigualdade nas relações de gênero tem ocupado intelectuais do mundo inteiro. Publicação de obras sobre o assunto e encontros para a discussão do tema são recorrentes na atualidade. Intelectuais e políticos preocupados com o destino da humanidade não esquecem de afirmar que o desrespeito ao meio ambiente e a desigualdade entre os gêneros são impeditivas a uma sociedade democrática e humanizada. Sem resolver estas duas questões, dizem todos, não podemos falar em democracia e justiça e num mundo melhor para todos.

Desde 1975, quando a ONU instituiu o Ano Internacional da Mulher e a década dedicada à superação das desigualdades entre os gêneros, o mundo tem voltado seu olhar para este problema e muitas ações tem se efetivado na tentativa de contribuir para a extinção dessa desigualdade que tem a violência como uma de suas conseqüências mais radicais. No mundo inteiro políticas públicas e iniciativas privadas tentam a promoção da igualdade de direitos e equidade de gênero, entendida como um passo fundamental para a verdadeira democracia.

No início dos anos 80 teóricas feministas criaram o conceito de gênero para dar conta da entrada das mulheres no domínio público – do trabalho, educação, política, etc. A categoria gênero começou a ser utilizada para denunciar a discriminação que a mulher sofria em todos os níveis. Num primeiro momento gênero é sinônimo de mulher.²

A história do gênero teve um objetivo principal: introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Relação que produz saberes, como toda visão nova do passado, e categoria de análise que permite reescrever a história levando em conta o conjunto das relações humanas.

Gênero tem sido o termo utilizado para teorizar as questão da diferença sexual, questionando os papéis sociais destinados às mulheres e aos homens. A categoria de gênero não se constitui numa diferença universal, mas permite entender a construção e a organização social da diferença sexual. A história das mulheres e a história de gênero estão interligadas,

² Hoje os estudos sobre a masculinidade estão muito avançados, demonstrando, na prática, que os estudos de gênero compreendem os dois gêneros - masculino e feminino. Se a mulher é o efeito, o resultado de práticas discursivas e não discursivas, da mesma maneira o homem.

este situa-se no campo relacional, porque só se concebe mulheres se elas forem definidas em relação aos homens. Joan Scott, idealizadora do conceito de gênero como categoria útil de análise histórica, afirma o seguinte:

“Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às idéias, mas também às instituições, às estruturas, as práticas cotidianas como aos rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. O discurso é o instrumento de entrada na ordem do mundo, mesmo não sendo anterior à organização social, é dela inseparável. Segue-se, então, que o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos.”³

Falar em gênero em vez de falar em sexo, indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma invenção, de uma engenharia social e política. Ser homem/ser mulher é uma construção simbólica que faz parte do regime de emergência dos discursos que configuram sujeitos. Neste sentido, é necessário criticar, desmontar estereótipos universais e valores tidos como inerentes à natureza feminina.

A idéia de gênero, diferença de sexos baseada na cultura e produzida pela história, secundariamente ligada ao sexo biológico e não ditada pela natureza, tenta desconstruir o universal e mostrar a sua historicidade. São as sociedades, as civilizações que conferem sentido à diferença, portanto não há verdade na diferença entre os sexos, mais um esforço interminável para dar-lhe sentido, interpretá-la e cultivá-la.

A teoria dos gêneros enfatiza o aspecto relacional e reivindica a utilização do gênero como categoria histórica necessária para realizar qualquer tipo de investigação. Importante para esta teoria é a distinção entre gênero e sexo, este é a categoria biológica, enquanto o gênero é a expressão culturalmente determinada da diferença sexual. O gênero como categoria social analisa a organização desigual e discriminatória da sociedade segundo o sexo. Este, referente às diferenças biológicas não estabelece nenhuma relação com o social.

³ SCOTT, Joan. W. *La citoyenne paradoxale. Les féministes françaises et les droits de l'homme*. Paris: Albin Michel, 1998, p. 15.

O dualismo platônico que separava mente/corpo, razão/emoção que foi a base de todo o pensamento ocidental nos últimos três mil anos e que serviu apenas como racionalização do exercício do poder expresso nas relações senhor/escravo, homem/mulher, opressor/oprimido, entre outros, está em crise. O modo como percebemos os gêneros também pressupõe oposição e polaridade. O feminino na maioria das vezes é associado à passividade, meiguice, delicadeza e o masculino à agressividade, força, coragem. Como em todos os pares duais a maioria das características de um está ausente no outro.

A polarização entre o privado e o público ocupa um lugar de destaque na história das mulheres. Segundo Carole Pateman, para algumas historiadoras tal dicotomia é uma característica universal, transhistórica e transcultural à existência humana, e a crítica se refere à oposição e a separação entre as duas esferas. Atualmente a discussão centra-se não somente na separação entre o espaço público e o espaço privado, mas na hierarquização dotada a cada um dos espaços e na produção da importância política ao espaço público. A genealogia da separação, a incorporação do saber e do poder em uma esfera e o desmerecimento e a desqualificação de outra é o centro das discussões.

O feminino caracterizado como natureza, emoção, amor, intuição é destinado ao espaço privado; ao masculino – cultura, política, razão, justiça, poder, o público. Esta dicotomia constitui uma oposição desigual entre homens e mulheres, caracterizando a sujeição destas aos homens dentro de uma ordem aparentemente universal e igualitária. Segundo Pateman

“... as mulheres e a vida doméstica simbolizam a natureza. A humanidade pretende transcender uma existência meramente natural, de maneira que a natureza sempre se considera como algo de ordem inferior à cultura. A cultura se identifica com a criação e o mundo dos homens porque a biologia e os corpos das mulheres lhes aproxima mais à natureza e porque a educação dos filhos e as tarefas domésticas (...) as mulheres e a esfera doméstica aparecem como algo inferior à esfera cultural e as atividades masculinas, de maneira que as mulheres se consideram como seres necessariamente subordinados aos homens”⁴

A separação entre o público e o privado deve deixar de estabelecer domínios diferenciados quanto ao gênero e à importância social. Sem mudanças na vida pessoal e doméstica não poderá haver mudanças na vida política, porque os problemas da vida privada das mulheres são também problemas políticos:

⁴ PATEMAN, 1996, p. 39.

“Se as mulheres haverão de participar plenamente, como iguais, na vida social, os homens haverão de compartilhar por igual na educação dos filhos/as e outras tarefas domésticas. Enquanto as mulheres forem identificadas com este trabalho “privado”, seu status público sempre será debilitado. Esta conclusão não nega – como se pode deduzir – ao fato biológico de que são as mulheres, e não os homens, as que *parem* as criaturas; o que é nega é o suposto patriarcal em virtude do qual o fato natural pressupõe que unicamente as mulheres podem criá-las (...) isto pressupõe algumas mudanças radicais na esfera pública, na organização da produção, e no que entendemos por “trabalho” e na prática da cidadania”⁵

Segundo Michelle Perrot, o espaço público, por oposição ao privado, designa o conjunto dos direitos e deveres que definem a cidadania e constrói a política como o coração da decisão e do poder. A luta das mulheres pela sua inclusão na categoria de “cidadãos”, tanto na defesa do sufrágio universal quanto no ataque à sua menoridade civil, que as transformavam em propriedade privada de seus maridos é um exemplo concreto da dicotomia entre o público e o privado.

Se o homem era caracterizado como único provedor, por exemplo, isto hoje não acontece. Segundo dados estatísticos, milhares de lares brasileiros são chefiados e mantidos somente por mulheres. E este tem sido o motivo alegado para diversos casos de violência contra a mulher. O avanço do movimento feminista que permitiu à mulher disputar vagas em empregos antes proibidos a coloca, muitas vezes, como a concorrente dos homens no mundo do trabalho.

A tentativa de desqualificação do feminino tem efeitos também na remuneração. Como os homens seriam os únicos provedores, o trabalho feminino foi sempre visto como algo subalterno, de menos importância, por isto merecedor de menores salários. Os considerados “serviços de mulher”, como a enfermagem e o magistério ainda são mal remunerados.

Historiadoras se dão conta de que é necessário introduzir na história global a dimensão da relação entre os sexos, com a certeza de que esta relação não é um fato natural, mas uma relação social construída e incessantemente remodelada, efeito e motor da dinâmica social. Relação que produz saberes e categoria de análise que permite reescrever a história, levando em consideração o conjunto das relações humanas: uma história que interroga o conjunto da sociedade.

⁵ PATEMAN, 1996, p. 51.

Estes homens e estas mulheres, assim construídos historicamente, com delimitações de papéis sociais e sexuais, com profissões adequadas a cada sexo, com comportamentos permitidos a cada um, chegam à escola. A escola recebe mulheres e homens que vivem no cotidiano as relações de desigualdade entre os gêneros.

2 Gênero e consentimento nas práticas educativas

No caso brasileiro, no campo da educação, o “Tema Transversal Orientação sexual” dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é uma iniciativa louvável que tenta introduzir no ensino fundamental a discussão das relações de gênero. Educar para a igualdade sob uma perspectiva de gênero é fundamental, porque o grande problema para a educação tem sido a desconsideração das mulheres como sujeitos históricos e em consequência a absoluta falta de interesse pelas suas vidas.

Devemos entender que a ciência e seu ensino não são inocentes. Fernando Savater, pensador espanhol, nos lembra que o que se passa no mundo nos afeta e nos obriga. E a situação de dominação das mulheres é um dos principais problemas das sociedades não democráticas. Diz Savater, que

“antes o professor podia jogar com a curiosidade dos alunos...agora, porém as crianças já chegam abarrotadas de mil notícias e visões multiformes, que não lhes custou nada adquirir. O professor tem de ajudá-las a organizar esta informação, combatê-la parcialmente e oferecer-lhes ferramentas cognitivas para torná-la proveitosa ou, pelo menos, não nociva”.⁶

Savater considera professores e professoras o grupo mais necessário e *civilizador* de uma sociedade, portanto, devem estar convencidos de que as relações de gênero são desiguais e discriminatórias e que a escola é o lugar de combater pensamentos estereotipados e anti-democráticos inculcados historicamente na sociedade como um todo.. O poder patriarcal que resiste durante séculos, produz saber e transforma-se numa ação normalizadora, e combater-lo não é tarefa fácil e nem para poucos. Os papéis sexuais, tanto masculinos como femininos, são produtos destas relações e dotam o masculino de um maior exercício de poder que a mulher.

Mas, falando em escola, que professores/as habitam esta escola? Ou melhor, que concepções de gênero possuem estes (as) professoras/es? Podemos inferir, que por ser a

⁶ SAVATER, 2005, p.173.

escola lugar de transformação, possuem eles(as) visões libertadoras e igualitárias em relação ao masculino e feminino?

Os homens não puderam estabelecer relações de poder entre as mulheres e seus filhos durante tanto tempo sem uma relativa segurança do consentimento delas. O consentimento feminino como efeito das representações feitas sobre as mulheres, transforma-se em objeto privilegiado de estudo. De nada adianta, como afirma Michel Foucault, se nós não nos modificarmos, não pensarmos diferente do que pensávamos, porque as representações do feminino foram profundamente inculcadas nas mulheres e também nas professoras.

Sem falar em “consentimento” não é possível falar em relação de gênero, pois ele inculcou-se tão profundamente na vida das mulheres e dos homens, que tem sido assumido sem dar-se conta de que existe. Pierre Bourdieu ao falar sobre a violência simbólica entre os sexos pergunta: “que parte atribuir na dominação masculina à dominação simbólica, que supõe a adesão das próprias dominadas às categorias e traçados que alicerçam a sua sujeição?” Para responder a esta questão, aos dispositivos que asseguram a eficácia da violência simbólica, responde que “só triunfa na medida em que aquele (aquela) que a sofre contribui para sua eficácia; só o (a) coage na medida em que aquele (aquela) que a sofre contribui para sua eficácia; só o (a) coage na medida em que ele (ela) foi predisposto (a) por uma aprendizagem preliminar a *reconhecê-la*”.⁷

Por este motivo, recomenda ele, um objeto maior da história das mulheres deve ser o estudo dos discursos e das práticas que garantem que as mulheres consentam nas representações dominantes da diferença entre os sexos. As representações da inferioridade feminina, incansavelmente repetidas, inscrevem-se nos pensamentos de homens e mulheres.

O consentimento feminino aparece como fundamental na instituição dos lugares sociais destinados a cada sexo, e, como um entrave, um impedimento à equidade. De outra forma, como explicar que meninos e meninas sejam educados, cuidados em seus primeiros anos de vida por mulheres – mães, avós ou cuidadoras de creches – e logo depois no ensino fundamental, ocupado quase sempre por professoras, e mesmo assim continuem tão preconceituosos em relação à capacidade criativa feminina, exceto no que se refere à maternidade? Ou fazendo coro aos conhecidos estereótipos que desqualificam o feminino?

⁷ BOURDIEU, 1995, p. 39.

Homens e mulheres constituem-se em uma estratégia de poder. Os homens definem-se e constroem a mulher como o Outro, a partir deles mesmos, ocupam um lugar de poder e o exercem não somente em relação à mulher, mas também em relação aos demais seres masculinos que não se ajustam a seu arquétipo. O lugar que ocupa o feminino, nesta relação de poder hierarquizado, pode também ser ocupado por um homem. E a escola, através de seu currículo é o lugar de esconder, recalcar todo aquele que foge ao padrão do Mesmo.

A psicanalista, Maria Rita Kehl defende que o homem historicamente deteve a palavra e portanto produzirá o desejo que vai habitar a mulher. E aí, então, ela se torna o sintoma do homem, expressando as angústias e os conflitos dele: “uma construção defensiva da mulher. Há homens ou mulheres de verdade? Quais são as suas características, se é que há? Que representação é essa?”⁸

O poder que nos constitui, nasce outorgador de ordem, sentido, valor e verdade, e, todo o outro será desordem, sem sentido, sem valor e falsidade. O dono do discurso além de condenar a ruído ininteligível toda dissidência e anular a diferença para que o mesmo triunfe, faz com que o outro assuma seu discurso como verdadeiro. O poder pode exercer-se de duas maneiras: como poder repressor ou como poder normativo. No primeiro caso, proíbe, nega, mata, anula; no segundo, o normativo, nos incita a atuar, a produzir, a falar, gerando uma rede de dominação, um entramado poder/saber. É o poder com positividade, que cria saber:

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como a força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”.⁹

Com o poder repressor, dá-se a exclusão: há que separar, excluir aquele que se pretende dominar. O outro aparece como o irracional, o mágico, o misterioso, o perigoso. Percebe-se de forma invertida a relação de poder, se teme a quem se oprime e por isso se nomeia uma essência maléfica, justificando assim a opressão. Sua presença inicia-se porque começa a ser objeto de discurso, de estudo, de observação:

⁸ KEHL, 1996.

⁹ FOUCAULT, 1979, p. 8

“Temos que deixar de descrever sempre os efeitos do poder em termos negativos: ‘exclui’, ‘reprime’, ‘recalca’, ‘censura’, ‘abstrai’, ‘mascara’, ‘esconde’. Na verdade o poder produz realidade, produz campos de objetos e rituais de verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”.¹⁰

Não foi somente o poder repressivo que atuou sobre a mulher, que a transformaria um quase nada, sem voz nem discurso, em conceito negativo. Mas o outro poder, o normativo, incitador de discursos, de saber, que propalou discursos numerosos sobre a mulher e neles se outorgou identidade, configurou-lhe sua posição e seu papel social. O discurso jurídico-político, o psiquiátrico com a histerização do corpo feminino, o pedagógico, o médico com sua postulação ginecológica, criaram o que hoje se entende por maternidade. Mas também a moral, a filosofia e a arte produziram “a mulher”.

Daí a importância da linguagem como sistema simbólico e de expressão do mundo. Entende-se que as relações sociais e o discurso que se deriva não é neutro, mas trata-se de um discurso sexuado e masculino, que identifica sexualidade masculina com sexualidade humana. A linguagem articulada ao poder é utilizada para moldar identidades sociais. Funciona para incluir ou excluir certos significados. É uma linguagem sexuada que pressupõe o sujeito universal como representante de todos e onde todos devem se sentir incluídos.

O vínculo entre linguagem e a construção de identidades individuais é evidente na forma pela qual a linguagem é usada para privilegiar **representações** que excluem grupos subordinados. Desde o ele universal, ao inglês como padrão. A análise histórica da relação entre poder e linguagem torna-se essencial para revelar como o poder funciona como uma condição para a representação e como uma forma de representação. Está faltando à linguagem a diferença, o ele e o ela, a singularidade para dar conta das multiplicidades.

É preciso compreender a linguagem do currículo como um mecanismo imerso em relações de poder. Como qualquer outro artefato cultural, como qualquer prática cultural, o currículo nos constrói como sujeitos particulares, específicos. O discurso do currículo legitima ou deslegitima, incluindo ou excluindo sujeitos. Um exercício pedagógico seria perguntar constantemente - que conhecimentos, que grupos sociais estão incluídos e excluídos do currículo? Que divisões do sujeito – gênero, raça, classe são produzidas ou reforçadas?

¹⁰ FOUCAULT, 1991, p. 172.

Acostumamos a ver o currículo como ligado ao cognitivo, às informações, desprovido de poder e de ideologia. Deixamos de vê-lo em seus aspectos de disciplinamento do corpo, de moldagem da alma. A moldagem do corpo aos papéis de gênero, raça, classe é um dos efeitos do currículo. Ao lado de outros discursos, o discurso educacional, o do currículo nos faz ser o que somos.

A escola que existe hoje é ainda uma escola moderna. Uma escola criada no pressuposto da igualdade, do mesmo, onde as diferenças deveriam ser eliminadas em nome da igualdade, do consenso. O convívio com as diferenças é traumático, seja a opção sexual, o uso do boné, do véu, do brinco, etc. Ela obriga a todos os alunos e alunas, e professoras também, é claro, a enquadrarem-se na armadura do igual. Para esta função a disciplina, de que nos fala Foucault opera de maneira muito eficaz.

3 Então, o que fazer? Desconstruir o discurso histórico

Um filósofo francês chamado Jacques Derrida desenvolveu o conceito de “desconstrução” onde sugere que uma leitura desconstrutivista de um texto subverte o que é aparentemente significativo. Desconstruir não é negar ou anular os valores dados como universais pelo século XIX, mas mostrar aquilo que foi escondido ou recalcado pela universalidade. A desconstrução demonstra que aquilo que era dado como universal pelos compêndios de filosofia nada mais era do que a confusão entre universalidade e masculinidade. Desconstruir um objeto histórico é simplesmente mostrar a sua historicidade, mostrar como ele foi construído.

Para Derrida a diferença dos sexos, não pertence à ordem do visível, do definível, mas do legível, da interpretação. Criou o termo “différance” para marcar bem o movimento do diferir irreduzível a qualquer substantificação em “diferentes”. Segundo ele, dizer o Homem numa aparente assexuação é sempre dizer o homem masculino, sendo o universalismo apenas o disfarce do falocentrismo.

Pierre Bourdieu, sociólogo recentemente falecido, em um texto pedagógico analisando se é possível uma história das mulheres constata que esta não é possível porque a mulher possui uma visão colonizada de si mesma. “E preciso descolonizar o feminino” diz ele¹¹. Não é

¹¹ BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a História das Mulheres. In: *As Mulheres e a História*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

somente por ser mulher que as mulheres têm uma visão de si mesma. O trabalho de representação, realizado não somente sobre as mulheres, mas sobre todos os sujeitos recalcados como negros, índios, velhos, homossexuais, etc. impede-os de ter uma visão sobre si mesmos. Por este motivo a importância da categoria de gênero como metáfora dos sujeitos excluídos pela história.

Se não fosse pelo trabalho de representação, que faz com que eu me assumo pelo olhar do outro, como explicar que as mulheres, maioria da população, não conseguem realizar um trabalho de desconstrução dos papéis sexuais e sociais de homens e mulheres. Leis igualitárias existem, mas tornam-se mortas e ineficazes se não modificarmos as mentalidades, a cultura.

Nos desconstruirmos como professoras, mulheres, é um trabalho difícil, penoso e dolorido. Mas talvez esteja aí a possibilidade de pensarmos a escola de outra maneira, nos pensando também de outra maneira. Professoras mulheres precisam conhecer a história do feminino. Dos diversos discursos que nomearam a mulher e o feminino – Platão inaugurando a “natureza feminina”, Aristóteles inventando o cérebro menor, e com isto a incapacidade intelectual feminina, o discurso judaico-cristão creditando à mulher os males da humanidade pela corrupção de Adão e condenando-a a parir com dor e ser submetida ao marido, o que os códigos civis do ocidente incorporam muito bem com a incapacidade relativa da mulher casada. Apesar das normativas legais castigarem somente a mulher casada e deste estatuto e lugar que as mulheres todas queriam pertencer, Afinal solteira ou sem filhos, era tida como uma mulher incompleta e infeliz.

Discursos eficazes e duradouros! A histeria, o corpo sempre doente, afinal desde os antigos gregos, este “animal errante”, o útero, a matriz, era sede de todos os males e doenças, a incompletude freudiana, a inveja, etc. Mesmo a radical diferença entre homens e mulheres, a capacidade de procriação, foi transformado em signo de desigualdade e discriminação contra a mulher. Nunca esquecendo que o primeiro ato de criação, o primeiro parto foi “roubado” à mulher. É de um homem o primeiro parto. No relato bíblico é Adão que “pare” Eva.

Problematizar as diferenças, ou detectar como as diferenças se transformam em desigualdades é um primeiro passo, ou como as diferenças são naturalizadas e essencializadas, desqualificando alguém, é outra alternativa.. Por que é natural que meninas

gostem de bonecas e meninos de bola, por que os meninos não querem ser professores/as de ensino básico e os cursos de pedagogia são ocupados majoritariamente por mulheres? Cuidar de crianças é uma tarefa natural das mulheres?.

Afinal que práticas e discursos são libertadores? Aquelas que não silenciam a diferença? A escola apresenta-se como um local privilegiado de mudanças, um lugar possível de transformações nas relações de gênero. Nesta perspectiva, os cursos de formação de professores/as necessitam fazer coro ao anseio mundial de igualdade nas relações entre homens e mulheres, colocando em sua pauta de preocupações não somente a história da construção do feminino e masculino como também a violência contra a mulher, radical desigualdade entre os sexos, apresentada como caso de saúde pública.

Se meninos e meninas assistem em casas situações e atitudes em relação á mulheres muitas vezes violenta, se na escola a professora também possui visão estereotipada, como esperar mudanças? Por este motivo a formação inicial e a formação continuada de professores/as se coloca como fundamental no trato das desigualdades de gênero.

Entendo que professores e professoras devam conhecer a história do masculino e feminino, a construção social dos sexos. Não há culpados ou inocentes, não há exércitos em batalha , mas sim um trabalho incansável para dar sentido a homens e mulheres.

Desconstruir o discurso é abrir o discurso é mostrar como ele começou. Minha sugestão, neste pequeno texto, é de que as escolas e os cursos que formam professores/as mostrem a historicidade do masculino e do feminino. É somente vendo que nem sempre foi assim, que isto não faz parte da ordem natural das coisas, para mudar. Se nem sempre foi assim, se é uma construção histórica, entremeada de relações de poder, podemos fazer e pensar diferente do que pensamos.

Concordo com Giroux quando diz que é preciso encarar os professores/as como intelectuais transformadores, conferindo à docência uma dimensão política. A discussão da questão de gênero faz parte deste novo cenário social.

BIBLIOGRAFIA

- AGACINSKI, Sylviane. *Política dos Sexos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Observações sobre a história das mulheres. In: *As mulheres e a história*. Lisboa: Dom Quixote, 1995.
- COLLING, A construção histórica do masculino e do feminino. In: *Gênero e cultura*. Questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. Relações de poder e gênero. In: *Las competencias profesionales para La enseñanza-aprendizaje de las Ciencias Sociales ante El reto europeo y La globalización*. Bilbao: Asociación Universitaria de Profesores de Didáctica de las Ciencias Sociales, 2007.
- _____. Gênero e história. Um diálogo possível: In: *Contexto & Educação*. Ijuí: UNIJUI, 2004.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da Filosofia*. Porto: Rés-Editora, s/d.
- _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- _____; BENNINGTON, Geoffrey. *Jacques Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *Vigiar e Punir*. História da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GIROUX, H. A. *Os professores como intelectuais*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- KEHL, Maria Rita. *Deslocamentos do feminino*. Rio de Janeiro: Imago, 1998.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- PERROT, Michelle. *As mulheres e os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.
- SANTIAGO, , Silviano. “Arte Masculina”. In: *A desconstrução do masculino*. Rio de

Janeiro, Rocco, 1995.

SAVATER, Fernando. *O valor de educar*. São Paulo: Planeta, 2005.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

_____. *La citoyenne paradoxale*. Lês féministes françaises Et lês droits de l’homme. Paris: Albin Michel, 1998.

TEDESCO, Juan Carlos. *O novo pacto educativo*. Educação, competitividade e cidadania na sociedade moderna. São Paulo: Ática, 2004.